



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do 16º Fórum Nacional do INAE – Economia do
Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social**

BNDES – Rio de Janeiro-RJ, 17 de maio de 2004

Excelentíssima senhora Rosinha Garotinho, governadora do Rio de Janeiro,

Meu caro ministro João Paulo dos Reis Velloso, coordenador do Fórum Nacional,

Meu caro d. Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro,

Meu caro sr. Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu caro Luiz Soares Dulci, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,

Meu caro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro companheiro professor Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro Márcio Fortes, presidente do Conselho, diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos,

Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meus companheiros deputados federais Jorge Bittar, Júlio Lopes, Chico Alencar,

Dirigentes sindicais, empresários,

Meus companheiros, estou vendo apenas um representante aqui do Fundos de Pensão, companheiro Sérgio Rosa, da Previ,

Meus amigos e minhas amigas.

Não poderia ser mais adequado e oportuno o tema deste XVI Fórum:



Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentável e Inclusão Social. Quase sempre estas três questões – conhecimento, crescimento e inclusão – são consideradas isoladamente, de modo estanque.

É um grande mérito do Fórum tratá-las em conjunto, buscando a sua desejável integração, a sua necessária complementaridade. Em especial, nosso governo compartilha plenamente dessa busca de uma síntese nova e criativa entre estabilidade econômica e desenvolvimento social.

Estamos convencidos de que é preciso superar, na teoria e na prática, dicotomias artificiais do passado, que tão danosas se revelaram para o nosso país e para o nosso povo.

A experiência histórica do Brasil e do mundo demonstra que as nações prósperas e coesas são aquelas que conseguem combinar e, mais do que isso, fundir a responsabilidade econômica com a responsabilidade social. São aquelas que conseguem trilhar o caminho do crescimento sustentado, da geração de emprego e renda, da produção e democratização do conhecimento, da verdadeira inclusão social.

Estabilidade não se opõe a crescimento, assim como crescimento não deve opor-se à estabilidade. Ao contrário: o crescimento sem estabilidade é insustentável, historicamente. Da mesma forma, o crescimento consistente e duradouro é a melhor forma de consolidar a estabilidade.

Nosso objetivo, desde o primeiro dia de governo, tem sido o de proporcionar ao país um novo ciclo histórico de crescimento sustentado, do qual a inclusão social seja ao mesmo tempo motor e resultado.

A esse objetivo temos nos dedicado de corpo e alma. Por ele temos trabalhado incansavelmente. Esta é a causa do Brasil e é a nossa causa. E dela jamais abriremos mão. Sabemos que o crescimento sustentado e o bem-estar social não nos serão dados de presente.

Trata-se de um caminho que deve ser construído dia-a-dia, pelo esforço consciente de cada um e de todos nós. Caminho que é incompatível com



planos supostamente milagrosos, com pacotes aparentemente mágicos. Em uma palavra: com atalhos inexistentes para o progresso e a justiça.

O poeta espanhol Antonio Machado já disse de modo inigualável: “Caminhante, o caminho se faz ao caminhar.”

É por isso que nosso governo tem procurado imprimir ao país um novo rumo, mais coerente e responsável. Que não busca o êxito fácil e inseqüente, o aplauso efêmero, mas a solução efetiva e permanente dos grandes problemas nacionais.

Temos plena consciência de que o caminho das soluções estruturais é o mais árduo e desafiador. Mas é o caminho justo e devemos trilhá-lo com paciência e perseverança. E os resultados gradativamente aparecerão, como já estão aparecendo, com a retomada do crescimento e a melhoria de alguns importantes indicadores sociais.

O Brasil, desde janeiro de 2003, passou a contar com uma agenda clara, da qual não nos desviaremos. O país tem projeto, tem comando exercido democraticamente e voltou a ter uma verdadeira estratégia de desenvolvimento nacional e de inserção soberana no mundo.

O Brasil, hoje, recuperou a sua auto-estima e a sua visão de futuro, ancoradas em uma compreensão realista do presente. A primeira obrigação de um governo de mudanças é conhecer bem e avaliar com lucidez os obstáculos que devem ser vencidos, as pré-condições que devem ser criadas na prática, e não apenas no discurso, para que os avanços pretendidos não sejam fogo de palha, para que as conquistas econômicas e sociais se tornem definitivas, irreversíveis.

Tropeços circunstanciais existem, como em qualquer governo e, se a experiência prática recomenda, fazemos aperfeiçoamentos, mas prosseguiremos na rota traçada porque acreditamos nela e acreditamos no Brasil.

Dissemos que a tarefa prioritária de 2003 era a de superar a grave crise



econômica e colocar novamente o país nos trilhos. Tratava-se, antes de mais nada, de recuperar a estabilidade, reduzir a vulnerabilidade e instaurar um clima de confiança do Brasil em si mesmo e do mundo em nosso país. Esse foi o primeiro e imprescindível passo no sentido de virar a página de quase uma década de estagnação.

Devemos, agora, zelar pela estabilidade reconquistada, tornando-a cada vez mais resistente às turbulências do cenário global. Nosso país, pelo esforço de suas empresas, dos trabalhadores e do governo, alcançou um grande saldo na balança comercial.

Estamos batendo recordes históricos a cada mês. Aqui, só um parêntese: eu acabei de receber um telefonema do ministro Furlan, no último domingo, ao completar 365 dias das nossas exportações; nós chegamos a 80 bilhões de dólares, o que é um marco extraordinário e recorde na vida do nosso país, e eu espero que colhamos muito mais até o final do ano.

E mesmo com a retomada do crescimento doméstico, as exportações continuam a crescer. Isso reduz fortemente a vulnerabilidade do país.

Dissemos que era preciso realizar um conjunto de reformas institucionais e econômico-sociais, na área da Previdência, dos regimes tributário e trabalhista, do sistema fundiário, com reforma agrária de qualidade, e do sistema político.

Cumprimos duas dessas cinco etapas. Vamos cumprir, nos próximos dois anos e meio, as etapas seguintes. A reforma da Previdência, além de torná-la mais justa e equitativa, deu ao país instrumentos para melhorar a sustentabilidade do sistema. Foi outro passo enorme, que contou com a colaboração do Congresso Nacional, dos governadores e prefeitos e da opinião pública. Novos passos devem ser dados. O Regime Geral de Previdência ainda tem déficits importantes, sobretudo pelo elevado grau de informalidade na economia.

Este é um problema complexo, que tem ligações com as esferas



trabalhista e tributária. Não menos importante foi a aprovação da reforma tributária, fruto de ampla negociação nacional que mobilizou ativamente o empresariado, os entes federativos e o parlamento. Seu impacto positivo na vida do país fica, a cada dia, mais evidente.

Hoje, graças às condições criadas pela reforma, estamos atuando na melhoria da qualidade dos impostos, como é o caso da COFINS e do PIS, e simplificando instrumentos, a exemplo do compromisso constitucional assumido em relação ao ICMS.

Com isso, haverá uma clarificação fundamental para as empresas e os consumidores, possibilitando, a médio prazo, a redução dos níveis de tributação. Vamos percorrer igualmente, ainda que por etapas, o caminho da desoneração dos encargos sobre folhas de salários.

Há os que se recusam a reconhecer os inegáveis avanços da reforma tributária porque ela não reduziu de imediato os impostos, e nem poderia fazê-lo, sob pena de grave irresponsabilidade, dados os desequilíbrios acumulados ao longo de muitos anos nas contas públicas e que levaram o país a contrair uma elevada dívida. Dívida que foi e continuará a ser honrada pelo nosso governo, ao mesmo tempo em que fazemos o máximo esforço para reduzir, paulatinamente, o seu peso em relação ao Produto Interno Bruto.

Acredito que, com a racionalização constante do nosso sistema tributário, poderemos caminhar para a instituição de um único imposto de valor adicionado, dando ao sistema a objetividade e simplicidade que os agentes econômicos tanto almejam.

Apesar das notórias dificuldades orçamentárias que herdei, não houve nem haverá aumento de carga tributária no meu governo. Meu compromisso é, mesmo, o de reduzi-la, na medida em que o crescimento da economia e o saneamento das finanças públicas forem criando condições para isso.

Além disso, encaminhamos ao Congresso Nacional um conjunto coerente e consistente de medidas com o propósito de assegurar as condições



institucionais e o ambiente favorável à expansão dos investimentos.

Entre outras, que comentarei mais adiante, menciono a consolidação das agências reguladoras, o novo marco regulatório da área de saneamento, a Lei de Falências e a Lei do Mercado Imobiliário, que ajudará em muito a recuperar um setor decisivo para a economia e para a vida social, que é o setor da construção civil.

Evidentemente, uma agenda de governo não é feita somente de ajustes e de mudanças institucionais, ainda que estes sejam importantíssimos. Por isso mesmo, nos debruçamos este ano sobre as questões vitais das políticas de desenvolvimento e inclusão social.

Neste particular, quero dizer que a economia do conhecimento, que é cada vez mais a economia do século XXI, só será apropriada por países como o Brasil se esforços vigorosos e obstinados forem feitos nessa direção.

No que se refere às políticas sociais, posso dizer que os resultados já são muito animadores e nos dão a certeza de que, nos próximos dois anos e meio, vamos realizar tudo que sonhamos em benefício das famílias brasileiras que vivem em extrema pobreza.

De um lado, porque apesar de todas as dificuldades, conseguimos aumentar o orçamento social até atingir, este ano, o recorde de 10 bilhões e 800 milhões de reais para o Bolsa Família, a Loas e outros programas destinados à população carente.

Os indicadores comprovam que as famílias de menor renda e tantos que ainda enfrentam o drama da fome em nosso país já estão, de certa forma, melhor assistidos. As estatísticas favoráveis virão a cada ano, porque nos empenhamos em integrar os programas e as ações da política social.

Também integramos os órgãos de governo, reunindo-os num só ministério, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cito apenas, entre muitos outros possíveis, mais dois exemplos de políticas sociais que vêm para alterar a qualidade de vida das classes



populares.

Um é o Plano de Apoio à Agricultura Familiar, que lançamos em maio do ano passado. O período da safra ainda não terminou e, dos 5 bilhões e 300 milhões de reais que disponibilizamos, cerca de 4 bilhões já chegaram aos agricultores. Isso é mais do que o dobro do que se financiou em qualquer outro ano da nossa história — e estão viabilizando a produção de 1 milhão e meio de famílias.

O sucesso da agricultura familiar vem somar-se ao renovado sucesso do agronegócio brasileiro, que também financiamos em montantes inéditos, comprovando que agronegócio e agricultura familiar são perfeitamente compatíveis, mais do que isso: são complementares e igualmente indispensáveis ao nosso país.

O outro é o Plano de Obras e Saneamento Básico, recém-lançado, no valor de 2 bilhões e 900 milhões de reais, cujos contratos estaremos assinando até o final deste mês com estados e municípios e empresas públicas de saneamento, e que também se constitui no maior plano de investimentos no setor, mais do que tudo o que se investiu em saneamento básico de 1995 a 2002.

A retomada do crescimento e o desenvolvimento brasileiros passam por acreditarmos em nós mesmos, em nossa capacidade de fazer, e fazer bem as coisas. Até alguns anos atrás, a indústria naval estava paralisada, era tida como falida, incapaz de produzir e tantas outras coisas que falavam dela. Hoje, as plataformas estão sendo feitas aqui, os navios da Petrobrás estão sendo feitos aqui. É uma prova de que basta acreditarmos em nós mesmos, em nossa capacidade produtiva, que o Brasil vencerá todo e qualquer obstáculo.

Um país tão complexo como o Brasil, que tem pesquisas de ponta em várias áreas e empresas com capacidade de desenvolver tecnologias inovadoras, tem que dispor de um plano de desenvolvimento.



Este plano tem diferentes aspectos voltados para impulsionar o aumento do investimento privado e público, tanto em infra-estrutura física e logística quanto em infra-estrutura de conhecimento e de inovação.

Temos trabalhado firmemente na definição de um plano efetivo nestes dois campos. As regras para o investimento em energia estão definidas e, mesmo que soluções não sejam fáceis nem imediatas neste setor, o importante é que não nos omitimos, fizemos o máximo que poderíamos fazer.

Aqui, duas novidades extraordinárias: de junho até dezembro do ano passado, nós conseguimos desobstruir 17 hidroelétricas que estavam paralisadas desde 2001, por problemas ou no Ministério Público ou no Ibama federal ou no Ibama estadual. Essas empresas estão, agora, em construção. Temos mais 18 para desobstruir.

Mas o mais interessante, o mais importante é que, dois meses atrás, lançamos o Proinfa, em Brasília, a nossa política de energia alternativa. Algumas pessoas estavam céticas com relação ao sucesso. Na última sexta-feira, nós tivemos o prazer de anunciar, nós queríamos contratar 3.300 megawatts e apareceram propostas para 6.600 megawatts, com um investimento de 8 bilhões e meio de reais nos próximos dois anos, numa demonstração do sucesso extraordinário em que se transformou a nossa política de energia alternativa.

Isso demonstra que, quando nós temos bons projetos, as coisas acontecem no Brasil. Muitas vezes, nós ficamos chorando muito, e o BNDES pode ser prova disso, de que nem sempre por trás da choradeira tem um bom projeto para receber do BNDES os investimentos necessários para que uma indústria ou alguma coisa nova possa acontecer no nosso país.

Talvez tenha sido este um dos campos mais traumáticos das ilusões vividas no anos 90, de que bastava o Estado afastar-se, vendendo os ativos em seu poder, para que os mercados suprissem, de forma perfeita, este bem vital.



Muito mais do que imperfeições, o que houve aí foram experiências fracassadas e escândalos internacionais.

O que ficou foi um terreno de maior incerteza, no qual a atuação do governo tornou-se indispensável, no sentido de buscar uma regulação adequada e parcerias público-privadas que encarem os novos desafios.

As regras de parceria público-privada encontram-se no Congresso Nacional, e não tenho dúvida de que serão debatidas e aprovadas com a mesma diligência e espírito público que o Parlamento tem, repetidamente, demonstrado.

Com isso, os recursos do Estado brasileiro para financiar o desenvolvimento poderão ser muito potencializados, em associação com o capital privado, tanto nacional como estrangeiro.

Todos sabemos que o Estado não tem hoje a mesma capacidade de financiamento que já teve no passado. Nem tem a pretensão doutrinária de atuar sozinho. Mas, através das PPP, os seus recursos, que não são desprezíveis, poderão viabilizar projetos capazes de contribuir, e muito, para o novo ciclo de crescimento.

No que diz respeito à infra-estrutura do conhecimento, acredito que demos um passo fundamental ao definir as diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Há, pelo menos, vinte anos o país anseia por uma política industrial.

Nos anos 60 e 70, que registraram o último grande ciclo de expansão da economia brasileira, o Brasil concentrou esforços, como não poderia deixar de ser, na remoção de gargalos e na geração de capacidade produtiva.

Nos anos 90, acreditou-se numa agenda simplificadora, que praticamente dispensava o esforço próprio em busca de inovações. Com isso, perdemos em muitos setores industriais a possibilidade real de nos tornarmos internacionalmente competitivos. Hoje, também é necessário remover gargalos, sobretudo na infra-estrutura, e criar capacidade produtiva.



É para isto que estamos trabalhando, elegendo prioridades, motivando talentos, provendo recursos a taxas adequadas, no sentido de dar um salto em termos de competitividade internacional.

O país conseguiu fazer isso na agricultura e em algumas ilhas de excelência, mas agora chegou a hora de dar corajosamente um passo maior, capaz de impulsionar a indústria brasileira e nossa rede de serviços.

A economia do conhecimento se move nesta direção e deste movimento não podemos nos apartar. É por isso que estamos apostando na inovação como, talvez, nunca antes se tenha apostado. Ou, pelo menos, numa escala sem precedentes.

O Brasil não pode, não deve e não vai ser um comprador líquido de tecnologia, expressa em produtos de alto valor agregado, em áreas-chave como fármacos e medicamentos, microeletrônica, software e bens de capital.

Não é um problema, simplesmente, de balança comercial. Temos, sim, déficits comerciais importantes nessas áreas, os maiores em nossa pauta de importação. Mas o que mais perdemos não está aí, no fato de importar. O que mais perdemos é na incapacidade de exportar em áreas como essas.

Por que isso acontece? Porque essas áreas são baseadas no maior fenômeno de nossos tempos, que se chama propriedade intelectual. A manufatura deixou de ser, em nossos dias, o fator que impulsiona as economias. Ela continua sendo importante e não é o caso de abrir mão dela. Mas o que é preciso, sobretudo, é agarrar firmemente a capacidade de gerar conhecimento, patentes, melhoria de processos e gestão. A resultante disso é a capacidade de criar propriedade intelectual, design, marcas de alto valor agregado.

Temos debatido com afinco este tema no Conselho Nacional de Tecnologia e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Integramos as ações ministeriais. Constituímos o Conselho de Desenvolvimento Industrial e enviamos Projeto de Lei ao Congresso criando a



Agência de Desenvolvimento Industrial.

Programas de fomento para as áreas de bens de capital, software e fármacos já foram definidos pelo BNDES e estão sendo implementados. Eles criam condições de incentivo ao investimento privado, até então inexistentes no Brasil.

Na estrutura de ciência e tecnologia, enviamos o Projeto de Lei de Inovação e estamos tomando medidas para racionalizar o uso dos recursos dos fundos setoriais. As ações estão sendo implementadas e vão ganhar ainda mais fôlego nas próximas semanas.

O governo está fazendo a sua parte e certamente os empresários farão a sua, aumentando seus investimentos.

Quero dizer também uma palavra sobre a educação, pois ela é o alicerce indispensável de qualquer política de desenvolvimento sustentado. O Brasil avançou muito, nas últimas décadas, no sentido de universalizar o acesso à escola fundamental. Não se deve, absolutamente, menosprezar essa conquista. Que o diga quem nunca conseguiu estudar por falta de escola pública. Mas não basta.

Nosso grande desafio, hoje, é elevar a qualidade do ensino fundamental e médio. Não apenas dessa ou daquela escola, mas do sistema de ensino como um todo.

Estamos preparando a proposta de uma autêntica reforma universitária, que fortaleça a nossa produção e socialização do conhecimento superior. E vamos ampliar o acesso dos carentes à universidade, com o programa Universidade para Todos. Mas resolvemos, também, elaborar um ousado projeto de trabalho que incida fortemente nos desafios de qualidade do ensino fundamental e médio. Este ponto é crucial. Estou absolutamente convencido de que na melhoria do ensino, desde a base, reside o grande fator de inclusão social e desenvolvimento.

Meus amigos e minhas amigas,



Hoje, aqui, na abertura deste Fórum tão prestigioso e qualificado, preferi me ater ao tema proposto, da estratégia global de desenvolvimento do país, sem tratar dos aspectos estritamente conjunturais, por mais importantes que os novos indicadores conjunturais sejam para comprovar o acerto do caminho que o Brasil está seguindo e desfazer equívocos de percepção.

Eu poderia ter focado, com humildade e alegria, o início da recuperação da renda dos trabalhadores, o aumento da produção industrial, a reação das vendas no comércio, o importante crescimento das contratações com carteira assinada, a maior procura de financiamento pelas pequenas e médias empresas, a recuperação econômica, enfim, coisas que já são realidade.

Preferi, no entanto, me concentrar na estratégia do desenvolvimento econômico e social, para demonstrar que este país tem rumo, que este país tem uma agenda clara de iniciativas que estão sendo executadas de modo consciente e tenaz.

Uma agenda que vai ao coração do nosso tema, aqui, hoje. Ao coração dos desafios brasileiros. E que nos levará, se Deus quiser e se perseverarmos em nossa ação transformadora, ao crescimento sustentado, com geração de empregos, distribuição de renda e paz social.

Eu quero terminar dizendo aos participantes deste Seminário que, quando falamos de educação precisamos nos lembrar que, embora tenhamos 98% das nossas crianças na escola, os dados do MEC indicam que 58% das crianças que estão na 4ª série não conseguem ler direito e 59% não conseguem fazer uma das quatro operações matemáticas.

Quando falamos em crise econômica e desemprego, nós temos que ter como parâmetros aquilo que acontecia antes de nós. De janeiro a março deste ano foram registrados pelo Caged, que é um organismo do Ministério do Trabalho que conta a entrada dos empregados e os demitidos, o saldo positivo de 347 mil novos empregos criados.



É muito pouco diante do que nós precisamos criar, mas é o máximo de emprego com carteira assinada criado desde 1992 no nosso país.

Portanto, eu estou convencido que nós precisamos apenas confiar em nós mesmos, nós precisamos apenas acreditar que se nós definirmos conjuntamente os passos que o Brasil tem que dar e não ficarmos olhando as tentativas de crise internacional causada por aumento de juros americanos, e se nós depositarmos toda a nossa energia para encontrarmos saídas a partir dos nossos interesses eu não tenho dúvida que, sem nenhum plano mágico, como eu disse no começo, sem nenhum plano milagroso, mas com perseverança, com credibilidade e obstinação, certamente nós vamos conseguir para o Brasil, o melhor desempenho e o melhor desenvolvimento sustentável que este país já teve.

Afinal, não queremos uma economia para um mandato, queremos uma economia para um país, e isso só será feito com muita seriedade.

Muito obrigado.

/lrj/cms.